

2005\_08\_05

## Destaque

### Setor pede redução das alíquotas do PIS e Cofins

De São Paulo

O setor elétrico nacional contabiliza gastos adicionais de R\$ 3,4 bilhões desde a mudança do regime de tributação do PIS/Pasep e da Cofins, no ano passado, que resultou no fim da cumulatividade da cobrança e no aumento das alíquotas.

Segundo cálculos do setor, a área de distribuição de energia teve, desde então, um custo extra de cerca de R\$ 1,6 bilhão - o que representa um aumento de 55% no volume de recursos recolhidos. O segmento de geração acumula R\$ 1,5 bilhão em despesas extras, o que significa um aumento de 145%. Para a área de transmissão, o aumento foi de 127%, somando cerca de R\$ 320 milhões a mais.

O presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, afirma que esses custos adicionais já causam impactos nas tarifas, que chegam a 5,29%.

A soma das alíquotas de PIS e Cofins passou de 3,65% para 9,25%. "Embora não ocorra mais a incidência cumulativa, na prática gerou um aumento do impacto no setor elétrico", defende o presidente da CBIEE. Para Sales, a perda de arrecadação pelo Tesouro Nacional decorrente da desoneração do setor elétrico seria recompensada com o aumento do consumo de eletricidade.

Nesta semana, os agentes enviaram carta ao ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, pedindo o retorno à regra anterior de recolhimento dos tributos (alíquota de 3,65%, em regime cumulativo). A proposta dos agentes é incluir o pleito na Medida Provisória 252 (MP do Bem), por meio de emenda.

Apesar do pedido dos agentes do setor elétrico não contar com a simpatia do Ministério da Fazenda, conta com o apoio do ministro de Minas e Energia. "Pelo menos os novos investimentos e as classes de consumo rural e residencial poderiam voltar ao antigo regime", disse Sales.

A CBIEE defende ainda a manutenção da alíquota de 3,65% em regime cumulativo para outras atividades do setor elétrico como para a venda de energia gerada nos contratos bilaterais, e na venda de gás natural às usinas do Programa Prioritário de Termelétricas e para o carvão usado em geração térmica.

A CBIEE também pediu, na mesma carta, o diferimento do pagamento do ágio pago sobre o Uso do Bem Público (UBP) nas licitações de usinas leiloadas no período 1996-2002, ou pela possibilidade de pagá-lo com base em energia. (LC)